



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

04/09/2014 ATÉ 04/09/2014



ÍNDICE

1	BLOG AQUILES EMIR	
	1.1 VARA CRIMINAL.....	1
2	BLOG DO CAIO HOSTÍLIO	
	2.1 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	2
3	IMIRANTE.COM	
	3.1 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	3
	3.2 VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS.....	4
4	SITE 180 GRAUS	
	4.1 CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	5
	4.2 CURSOS.....	6
	4.3 OBRAS / REFORMAS.....	7
	4.4 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	8
5	SITE ADVOGADO NEWS	
	5.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	9
	5.2 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	10
	5.3 SEGURANÇA.....	11
	5.4 SEM ASSUNTO.....	12
6	SITE BRASIL 247	
	6.1 DECISÕES.....	13
7	SITE CNJ	
	7.1 OBRAS / REFORMAS.....	14
8	SITE G1	
	8.1 DECISÕES.....	15 16
	8.2 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	17
9	SITE JUSBRASIL	
	9.1 FÓRUM DE SÃO LUÍS.....	18
	9.2 JUÍZES.....	19
	9.3 PONTO FACULTATIVO / FERIADO.....	20
	9.4 SEM ASSUNTO.....	21 22
	9.5 VARA CRIMINAL.....	23
10	SITE TV GUARÁ.COM	
	10.1 COMARCAS.....	24

Jornalista da TV Difusora de Imperatriz é condenado a dois anos de prisão por entrevistar mulher com distúrbio mental

O jornalista Jhonatan Sobreiro (foto), da TV Difusora de Imperatriz, foi condenado a dois de reclusão, por injúria preconceituosa, conforme denúncia do Ministério Público. A condenação poderá ser substituída por uma pena restritiva de direito a ser determinada pelo juízo de execução penal da comarca de Imperatriz. A sentença foi proferida pelo juiz Weliton Sousa Carvalho, titular da 4ª Vara Criminal, enquanto a promotora de justiça Alline Matos Pires atuou na acusação.

A denúncia foi motivada devido a uma entrevista, veiculada nos dias 16 e 17 de agosto de 2013, no programa Difusora Repórter, em que uma mulher, com visíveis transtornos psíquicos, afirma ser atriz e que não deseja mais trabalhar em novelas do SBT e da Rede Globo. A matéria teve ampla repercussão, até em nível nacional, com a difusão nas redes sociais.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, que se apoiou em depoimentos de testemunhas ouvidas no processo, a vítima passou a ser ridicularizada nas ruas e até mesmo no local onde faz tratamento: o Centro de Apoio Psicossocial (Caps). "O caso revelou-se um total desrespeito à dignidade do ser humano e à sua condição de pessoa com transtorno psíquico", analisou a promotora de justiça Alline Matos Pires. "Essa é uma causa importante, que bem simboliza a forma discriminatória e humilhante com que as pessoas com transtorno psíquico ainda são tratadas em nosso país", ressaltou.

(Com imagem do jornalacorda)

Notícias

Poder Judiciário suspende expediente na segunda-feira, 8

Em função do feriado municipal comemorativo da fundação de São Luís, celebrado no dia 08 de setembro, não haverá expediente na Corregedoria Geral da Justiça na data. A suspensão está prevista em resolução do Tribunal de Justiça (Resolução 63/2013) e compreende todas as unidades do Poder Judiciário da capital e dos municípios. Os fóruns da capital e do interior devem funcionar em regime de plantão. Em São Luís, os plantões cível e criminal funcionam em regime de 24 horas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) para atender às demandas consideradas urgentes. No feriado do dia 08 de setembro, funcionam nos plantões os juízes João Santana Sousa (cível) e Antonio Fernando dos Santos Machado (criminal). Cada magistrado é auxiliado pelo secretário judicial e por oficial de Justiça. O contato com as equipes do plantão pode ser feito pelos telefones celulares (98) 8802-7484 (criminal) 8811-2153 (cível). Nos dias úteis, também ocorre plantão noturno diariamente no Fórum de São Luís, sempre a partir das 18h até, funcionando até as 6h do dia seguinte.

Aniversário de São Luís: Judiciário não terá expediente no feriado - Imirante.com

O expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão (capital e interior) será suspenso no dia 08 de setembro (segunda-feira), em virtude do feriado de aniversário de São Luís. A data está relacionada à Resolução nº 063/2013, que estabelece feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente no Judiciário.

Funcionará apenas o plantão judiciário de 1º. e 2º grau, com recebimento de demandas urgentes, a exemplo de pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, entre outros.

O desembargador José Bernardo Rodrigues responderá pelo plantão de 2º grau no dia 8 de setembro. Os servidores plantonistas são Mayco Murilo Pinheiro e Beth Anne Bonifácio (oficial de justiça). O número disponibilizado para o plantão é o (98) 8815-8344.

Decisão judicial: passagens dos ferryboats têm aumento de 28% no Maranhão

SÃO LUÍS - As passagens dos *ferryboats* tiveram aumento de 28%, segundo a Empresa Maranhense de Administração Portuária (Emap). O preço das embarcações passaram de R\$ 8 para R\$ 11. O aumento, segundo a Emap, foi dado em cumprimento a uma decisão judicial originária da Vara de Interesse Difusos e Coletivos por meio do juiz Clésio Coelho Cunha.

O trabalhador rural João da Conceição Sousa Faria que, quinzenalmente, traz a mulher e a filha para São Luís para tratamento médico lamenta o aumento. "É pesado para a família, pois, são R\$ 20 a mais que pesam, somados aos remédios, ficou complicado", enfatizou.

Com a semana da Pátria, a estimativa é que, de 4 a 10 de setembro, aproximadamente 45 mil pessoas deverão atravessar a Baía de São Marcos com destino a Baixada Maranhense e Estados vizinhos como o Pará. Elas vão utilizar dois serviços: do Terminal de Passageiros da Ponta da Espera (São Luís) e do Cujupe (Alcântara), administrados pela Emap, e dos *ferryboats* de competência das empresas Internacional Marítima e Serviporto.

Operação Semana da Pátria

A Emap afirma que intensificou os cuidados com a segurança dos usuários dos Terminais de Passageiros e informou que, durante o feriadão, continua com a mesma infraestrutura montada durante todo o período da reforma para atender aos cidadãos usuários do Terminal da Ponta da Espera.

Devido à revisão no projeto inicial de reforma, o cronograma de obras do Terminal da Ponta da Espera sofreu alterações. Para minimizar o impacto da obra, desde o início foram instalados na tenda temporária os escritórios administrativos da Emap, das autorizatárias operadoras dos *ferryboats*, os pontos de vendas das passagens, bebedouros e banheiros. Placas sinalizadoras educativas, informativas e indicativas sobre os serviços disponíveis na estrutura também foram instaladas. O objetivo é garantir o embarque e desembarque com segurança, conforto e comodidade.

Números da Semana da Pátria

- Aproximadamente 45 mil devem se deslocar pelos Terminais de Passageiros;
- Cerca de 7 mil veículos devem ser transportados pelas embarcações;
- Dez viagens normais são realizadas por dia;
- As operadoras informaram que mediante a demanda da Fila de Espera colocarão os *ferryboats* extras.

Novo Centro de Conciliação é instalado em Chapadinha

Foi instalado nesta terça-feira (02), na Faculdade do Baixo Parnaíba (FAP), o Centro de Conciliação de Chapadinha (250 km de São Luís), que receberá demandas judiciais ou pré-processuais, passíveis de solução por meio de acordo. O Centro foi entregue pelo presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos do TJMA, desembargador José Luiz Almeida, que representou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire; o coordenador, juiz Alexandre Abreu e o juiz da 1ª Vara da comarca, Cristiano Simas.

Com esse, sobe para 16 o número de centros de conciliação no Maranhão. Em São Luís, estão em funcionamento no Fórum Des. Sarney Costa, Uniceuma I e II, Centro (Rua do Egito), FACAM e UNDB.

Comarcas de Presidente Dutra, Timon e Balsas terão novos cursos

Servidores das comarcas de Presidente Dutra, Timon e Balsas já podem se inscrever para as novas turmas dos cursos de Legislação Trabalhista aplicada ao Setor Público e Noções de Saúde e Segurança no Trabalho, que serão realizados de 15 a 26 de setembro pela ESMAM, em parceria com o SENAC. As inscrições são feitas, gratuitamente, até o dia 10 de setembro, pelo sistema Tutor, disponível na plataforma Sentinela, no Portal do Judiciário.

Em Presidente Dutra e Balsas, o curso Legislação Trabalhista aplicada ao Setor Público (30 horas), abordará temas como: Estado e Governo; Poderes do Estado; administração pública; organização administrativa; agentes públicos;

Judiciário investe na construção e reforma de fóruns em 13 comarcas do Maranhão

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está investindo R\$ 11,7 milhões na reforma e construção de unidades judiciais. As obras – financiadas com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) – estão sendo feitas nas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Porto Franco, Paço do Lumiar, Imperatriz, Buriticupu, Barra do Corda, Balsas, Santa Helena e Santa Luzia.

Em São Luís, na Rua do Egito, está sendo restaurado o Solar dos Veras – sobrado colonial do Século XIX, localizado na Rua do Egito, centro histórico de São Luís. No local, funcionarão a Unidade de Monitoramento Carcerário, Diretoria de Informática e a Diretoria de Segurança Institucional do TJMA.

Poder Judiciário suspende expediente na segunda-feira, 8

Em função do feriado municipal comemorativo da fundação de São Luís, celebrado no dia 08 de setembro, o expediente em todas as unidades do Poder Judiciário será suspenso na data. A suspensão está prevista em resolução do Tribunal de Justiça (Resolução 63/2013) e compreende as unidades da capital e dos municípios. Na data, os fóruns da capital e do interior devem funcionar em regime de plantão.

Em São Luís, os plantões cível e criminal funcionam em regime de 24 horas no Fórum Desembargador Sarney Costa (Calhau) para atender às demandas consideradas urgentes.

No feriado do dia 08 de setembro, funcionam nos plantões os juízes João Santana Sousa (cível) e Antonio Fernando dos Santos Machado (criminal).

Exposição no Fórum: Weyder-joe e seu realismo enriquecem “Integração e Cidadania”

04/09/2014

Diversos artistas plásticos estão expondo seus trabalhos no hall de entrada do Fórum Desembargador Sarney Costa, na exposição Integração e Cidadania. A iniciativa, parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça e Diretoria do Fórum, reúne trabalhos de dez artistas de destaque no cenário local, alguns com destaque internacional, e visa à promoção da arte junto à comunidade jurídica e aos cidadãos que são atendidos diariamente.

A exposição “Integração e Cidadania” apresenta ao público 60 trabalhos de dez artistas maranhenses que exploram diferentes técnicas, como o óleo sobre tela, o realismo, o hiperrealismo, entre outras. E uma das referências, principalmente em se tratando da arte realista, é o artista Weyder-joe Freire, que leva seis belíssimos trabalhos à exposição.

Dono de uma paleta cuja harmonia de tons busca sensibilizar o observador, suas obras chamam atenção pelas mensagens e provocações inseridas no seu contexto, a riqueza de detalhes, exuberância de cores e o desprendimento a um estilo específico. “Já fiz diversos cursos de aperfeiçoamento nessa área, e exploro também técnicas de fotografia, serigrafia, xilogravura, escultura, pintura em tela e desenho de observação. Ao nível de atelier, trabalho com pirogravura, esmaltação em cerâmica, areografia e trabalhos em vidro”, destaca Weyder-joe.

Weyder-joe Freire nasceu na cidade de Codó, interior do Maranhão, mas foi chegou à capital com três meses de vida. Na infância sempre demonstrou uma ligação forte com o mundo das artes. Licenciado em Artes Visuais pelo Instituto Federal do Maranhão - IFMA, os trabalhos do artista primam pelo estudo, processo e técnica apurada. “Tenho forte identificação com o renascimento, realismo, hiper-realismo e o novo surrealismo”, ressalta Weyder-joe.

Com participações em vários salões, feiras, mostras e coletivas de artes já vivenciou experiências criativas e de mercado no ramo em várias cidades brasileiras (Ouro Preto, Mariana, Belo Horizonte, Goiânia, Recife e Belém dentre outras). Seus registros mais recentes em eventos na capital foi no movimento Arte-Açú, promovido pelo IFMA, no Odylo Costa Filho, a 1ª Coletiva Traços do Maranhão, evento que reuniu maiores nomes e ícones da arte maranhense.

Entre outras exposições em que Weyder-joe colocou trabalhos, destaque para o “Cores do Maranhão” que foi promovido pelo movimento Casa Cor em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, o 3º Encontro dos Anjos, além de outras exposições acontecidas na Assembleia Legislativa do Maranhão, Ministério Público Estadual e outros.

Sobre a exposição “Integração e Cidadania”, Weuder-joe ressalta a importância de se abrir espaços para que artistas possam expor seus trabalhos. “É sempre válido quando se abre espaço para o artista mostrar suas telas, seus trabalhos. Fiquei feliz quando soube dessa exposição e mais feliz ainda por ser um dos selecionados para expor seis trabalhos no fórum”, destaca.

"Todo artista deve buscar vivenciar experiências nos mais diversos estilos, temas, técnicas e linguagens. Aquele que se prende a uma identidade específica se limita", finaliza o artista cujas obras já ultrapassam as fronteiras do Maranhão e do Brasil. A exposição "Integração e Cidadania" segue em cartaz no Fórum Desembargador Sarney no térreo do prédio, que fica localizado na Avenida Carlos Cunha, Bairro Calhau. Estão expostas também telas dos pintores Valdemar Barros, Jerônimo Costa, Beto Lima, Vitor Vidotti, Sousaneto, Benilton Silva, Thiago Azevedo, Elisa Coelho e Francisco de Oliveira.

Judiciário não terá expediente no feriado de Aniversário de São Luís

04/09/2014

O expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão (capital e interior) será suspenso no dia 08 de setembro (segunda-feira) - aniversário de fundação da cidade de São Luís. A data está relacionada na Resolução nº 063/2013 - que estabelece os feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente no Judiciário - publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), em 12 de dezembro de 2013.

PLANTÃO - No feriado, funcionará o plantão judiciário de 1º. e 2º graus, com o recebimento apenas de demandas urgentes, a exemplo de pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, entre outros.

O desembargador José Bernardo Rodrigues responderá pelo plantão de 2º grau no dia 8 de setembro. Os servidores plantonistas são Mayco Murilo Pinheiro e Beth Anne Bonifácio (oficial de justiça). O número do telefone celular disponibilizado para o plantão é o (98) 8815-8344.

TJMA aprova medidas de segurança no âmbito do Poder Judiciário

04/09/2014

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) aprovou resolução que regulamenta o uso de crachás e credenciamento de acesso a unidades do Judiciário estadual. Outra resolução aprovada dispõe sobre o protocolo de controle de entrada de pessoas portando arma de fogo ou objetos que ofereçam riscos a quem trabalha ou frequenta os prédios e seus anexos.

A decisão do controle de acesso de armas atende a resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e legislação específica. Levou em consideração, dentre outros motivos, fatos recentes noticiados em ofícios de diversas comarcas, envolvendo incidentes de segurança institucional, além da existência de postos bancários nas dependências dos prédios do Judiciário.

O artigo 1º da resolução diz que é expressamente proibido o ingresso, circulação e permanência de pessoas armadas ou portando qualquer objeto capaz de colocar em risco a integridade física de magistrados, servidores e demais usuários no prédio sede do TJMA e seus anexos, bem como nas unidades administrativas e judiciais no Estado.

DETECTOR - O acesso às dependências do TJMA e suas unidades estará condicionado à passagem de todas as pessoas pelo detector de metais. Os portadores de marca-passo deverão comprovar previamente sua situação na recepção, para que possam ter acesso por porta restrita.

As unidades do Judiciário maranhense serão dotadas de sistema de segurança eletrônica (circuito fechado de TV, catracas, raio-x e detectores de metais), de acordo com a disponibilidade orçamentária. Cargas ou volumes estarão sujeitos à revista de segurança.

As exceções quanto ao porte valem para magistrados e membros do Ministério Público, desde que identificados; policiais federais, militares civis, rodoviários, bombeiros militares, agentes penitenciários e guardas municipais, quando em serviço do Judiciário estadual; policiais e servidores militares lotados na Diretoria de Segurança Institucional (DSI) e Gabinete Militar do Tribunal.

Também estão entre as exceções os componentes de escolta de presos, autorizados pela segurança da unidade judiciária; integrantes de segurança especial de autoridade, quando em visita a unidades do Poder Judiciário; e vigilantes de escolta de valores, desde que em serviço e uniformizados, somente no horários das 7h às 8h e/ou 18h às 20h. Todos deverão estar devidamente identificados.

CRACHÁS E ADESIVOS - Além dos equipamentos de segurança, o sistema de controle de acesso de pessoas às dependências também será feito por meio de identificação, cadastro, registro de entrada e saída e inspeção de segurança.

A resolução que disciplina o tema informa que é livre a entrada e saída de pessoas nos prédios do Judiciário estadual durante o horário de expediente, desde que devidamente identificadas por meio de crachás ou

adesivos.

A DSI fornecerá, mediante a apresentação de documento de identidade oficial, instrumentos de identificação a servidores, advogados, membros do MP, defensores públicos, servidores terceirizados, estagiários, visitantes e profissionais de imprensa.

O crachá é de uso obrigatório nas dependências do Tribunal e deverá ser utilizado de forma visível, acima da linha da cintura. Catracas serão instaladas para leitura e liberação do acesso. Além dos servidores, que já dispõem do instrumento de identificação, outros interessados deverão se dirigir à recepção, onde receberão o crachá ou adesivo de “visitante”, “advogado” ou “imprensa”.

O acesso de advogados será admitido mediante identificação, por meio de apresentação da carteira da OAB, sendo o uso do crachá/adesivo “Advogado” obrigatório. Os jornalistas e profissionais da imprensa terão acesso após identificação e posterior autorização da Assessoria de Comunicação, sendo exigido o uso do crachá “Imprensa”. Magistrados e servidores acompanhados de visitantes deverão encaminhá-los à recepção para identificação.

Será vedado o acesso de pessoas sem identificação na recepção; portando arma (com as ressalvas já mencionadas); conduzindo animais, exceto cão-guia, quando estiver acompanhando pessoas com deficiência visual; para prática de comércio e/ou propaganda não autorizada; trajando vestimentas inapropriadas, como minissaia, bermudas, camiseta tipo regata, short, miniblusa, roupas transparentes, excetuando-se crianças até 12 anos e, em casos excepcionais, autorizados pelo magistrado diretor da unidade judiciária, quando comprovada a incapacidade financeira do visitante vestir-se de outro modo.

Ambos os projetos, relatados pelo desembargador Cleones Cunha e requeridos pelo presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional, desembargador Raimundo Barros, foram aprovados por unanimidade.

“Os projetos atendem orientações do Conselho Nacional de Justiça e resultam de amplo estudo feito junto a vários tribunais do país. O objetivo é garantir a segurança de magistrados, advogados, servidores e jurisdicionados”, explica o desembargador Raimundo Barros.



Prorrogado o prazo para apresentação de sugestões à GPJ 2015

04/09/2014

Devido a problema técnico verificado no envio de mensagens aos emails do TJMA, a Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização (AGEM) informa que prorrogou para o dia 04 de setembro (quinta-feira) o prazo para apresentação, pelas unidades judiciais e administrativas, das propostas de metas de produtividade para 2015. As sugestões devem ser enviadas para npe@tjma.jus.br. O telefone para contato é (98) 3261 6161. Os setores que já enviaram devem repetir a operação.

Além das propostas a serem apresentadas pelos diversos setores, o Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) avaliará críticas e sugestões coletadas na pesquisa feita com quase 600 servidores e magistrados de todo o Estado, para alterações na Resolução que trata da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ).

Sugestões e opiniões também foram discutidas em reuniões com a Associação dos Magistrados (AMMA), Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) e servidores dos fóruns de São Luís, Pinheiro, Timon e Imperatriz.

MANTIDO PROCESSO CONTRA PROFESSORES GREVISTAS

:

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) extinguiu, sem resolução de mérito, ação com pedido de medida cautelar ajuizada pelo Sindicato dos Profissionais do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação) contra o Município de São Luís; o sindicato pleiteava à Justiça que proibisse o Município de proceder ao desconto nos vencimentos dos servidores em greve, bem como instaurar qualquer procedimento administrativo que tivesse por fundamento a ausência de trabalho por adesão à greve, até o trânsito em julgado da decisão final na ação principal, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5 mil

4 DE SETEMBRO DE 2014 ÀS 11:01

Blog da Sílvia Tereza - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) extinguiu, por meio da relatoria do desembargador Antônio Guerreiro Júnior, sem resolução de mérito, ação com pedido de medida cautelar ajuizada pelo Sindicato dos Profissionais do Ensino Público Municipal de São Luís (Sindeducação) contra o Município de São Luís. O TJMA entendeu inadequada a via eleita pelo Sindeducação para fazer tal solicitação.

O sindicato pleiteava à Justiça que proibisse o Município de proceder ao desconto nos vencimentos dos servidores em greve, bem como instaurar qualquer procedimento administrativo que tivesse por fundamento a ausência de trabalho por adesão à greve, até o trânsito em julgado da decisão final na ação principal, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5 mil.

"É que a insurgência do requerente atine à decisão liminar proferida nos autos da Ação Ordinária nº 20.836/2014, impugnada tanto por embargos de declaração quanto por agravo regimental. Em ambos os recursos, rejeitei as teses do sindicato ali expostas, que ora se repetem na presente demanda. Ou seja, o autor utiliza a medida cautelar como sucedâneo recursal, o que não pode ser admitido", afirmou o desembargador em sua argumentação sobre o pedido do Sindicato.

Para o procurador geral do Município, Marcos Braid, o Sindeducação deveria cumprir as determinações judiciais. "O Sindicato deveria buscar cumprir as determinações judiciais, ao invés de protelar o feito, com o manejo de incidentes manifestamente desprovidos de fundamento", declarou.

Judiciário maranhense investe na construção e reforma de fóruns

03/09/2014 - 18h25

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está investindo R\$ 11,7 milhões na reforma e construção de unidades judiciais. As obras, financiadas com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (Ferj), estão sendo feitas nas comarcas de Magalhães de Almeida, São Bernardo, Porto Franco, Paço do Lumiar, Imperatriz, Buriticupu, Barra do Corda, Balsas, Santa Helena e Santa Luzia.

Em São Luís, está sendo restaurado o Solar dos Veras – sobrado colonial do Século XIX, localizado na Rua do Egito, centro histórico da capital. No local, funcionarão a Unidade de Monitoramento Carcerário, Diretoria de Informática e a Diretoria de Segurança Institucional do TJMA. O prédio é composto por duas unidades. A primeira possui três pavimentos e área construída de 975,77m². A segunda, com área construída de 1.010,02m², dispõe de quatro pavimentos.

Fluxo processual - O projeto de arquitetura de novos prédios no âmbito do Poder Judiciário foi concebido considerando a ideia de célula de prestação jurisdicional, que visa melhorar a produtividade e o fluxo processual – mesmo conceito adotado no anexo do Fórum de São Luís. As unidades vão dispor de secretaria judicial, arquivo, depósito, área de atendimento, gabinete de juiz, salas de audiências, assessoria, espaço para a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e para oficiais de justiça, distribuição, banheiros adaptados para portadores de necessidades especiais, copa, acesso para magistrado e estacionamento.

O Fórum de Magalhães de Almeida, entregue à população daquela comarca em 11 de agosto, possui área total de 3.464m², sendo 496,05m² destinados à edificação. A unidade está instalada na Avenida Getúlio. A unidade está equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização.

As obras de construção do Fórum da comarca de São Bernardo devem ser concluídas até o fim de setembro. Localizada na Rua Dom Pedro II, a sede está sendo edificada em um espaço de 700,70m² e área total de 2.275 m². Para setembro, está previsto, também, o término das obras de construção do Fórum de Porto Franco, com área construída de 952,60m². Além da estrutura padrão, a unidade que dispõe de duas varas, contará com amplo estacionamento para servidores e salão do júri.

A reforma do Fórum de Balsas inclui pavimentação do estacionamento, pintura externa, revisão na cobertura do salão do júri, construção do depósito judicial e revisão nas instalações elétricas, entre outros serviços.

Engenharia - Em Paço do Lumiar, estão sendo feitos serviços de reforma e ampliação do fórum local e construção de salão de júri. Os trabalhos de engenharia envolvem a reforma e adequação do lay-out, pintura geral, revisão da cobertura, instalação de esquadrias e grades, instalação de forro, substituição de piso, revisão geral das instalações prediais (elétrica, lógica, telefonia, climatização, hidrossanitárias e combate a incêndio), substituição de louças sanitárias, metais e acessórios e aumento da capacidade da subestação de energia.

Na área a ser ampliada serão instalados três varas judiciais, depósitos, salão do júri e estacionamento. Com área construída de 1.557,17m², a obra deve ser concluída em novembro de 2014.

Fonte: TJMA

Supermercado deve indenizar cliente que encontrou dente em linguiça

Em decisão unânime, a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) condenou o grupo Mateus Supermercados a pagar indenização no valor de R\$ 3 mil, por danos morais, a uma cliente que se engasgou com um dente encontrado em uma linguiça comprada no estabelecimento.

O fato ocorreu em agosto de 2012, em uma loja do supermercado de Imperatriz, onde a cliente disse ter adquirido uma linguiça congelada toscana. Segundo ela, dias depois, fritou o alimento e, ao ingerir um pedaço, sentiu que um objeto obstruiu sua garganta, interrompendo a fala e causando falta de ar.

Com a ajuda de parentes, conseguiu retirar da garganta o objeto, que se parecia com um dente humano. Revoltada, ela e sua mãe foram ao supermercado, a fim de verificar qual era o fabricante da linguiça.

A consumidora recorreu à Justiça em busca de indenização pela situação que considerou, no mínimo, constrangedora, e anexou o dente aos autos como prova.

A Justiça de 1º grau condenou o supermercado ao pagamento de R\$ 3 mil, por danos morais, acrescidos de correção monetária, a partir do ajuizamento, e juros de mora de 1% ao mês. Na nova decisão reformou a sentença de primeira instância apenas na parte da fixação dos honorários advocatícios, que ficaram em 20% sobre o valor da condenação.

Inicialmente, o Mateus sustentou que a responsabilidade deveria ser, exclusivamente, atribuída ao fabricante, já que apenas comercializou o produto, ou que, no máximo, deveria ter sido configurada a responsabilidade subsidiária das partes.

O supermercado alegou que a Justiça de 1º grau o condenou sob fundamento de vício ou defeito de informação ao consumidor, ante a ausência de CNPJ do fabricante e de sua razão social na embalagem. Disse que o nome de fantasia é perfeitamente impresso no produto. Afirmou que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) não exige a obrigação de a empresa informar razão social ou mesmo CNPJ do fabricante.

Para o relator do processo, o desembargador Ricardo Duailibe, segundo a definição de fornecedor dada pelo artigo 3º do CDC, não há como afastar a responsabilidade de todos os que fazem parte da cadeia de fornecedores, como o fabricante e o comerciante.

O relator registrou que a lei protege o consumidor contra produtos que coloquem em risco sua segurança, saúde, integridade física e psíquica. Disse ser um dever legal, imposto ao fornecedor, evitar que a saúde e segurança do consumidor sejam colocadas em risco, surgindo daí a responsabilidade de reparar o dano causado ao consumidor. Duailibe ressaltou que é certo que o objeto estranho incrustado na linguiça expôs a consumidora a risco.

O G1 entrou em contato com a assessoria de comunicação do Supermercado Mateus e aguarda posicionamento sobre o assunto.

Feiras de São Luís continuam funcionando em condições precárias

Feira do São Francisco continua em condições precárias (Foto: Flora Dolores / O Estado)

Quase dois meses após a Justiça ter determinado a reforma de diversas feiras de São Luís, os locais continuam em condições físicas precárias. Mais de 60 feiras são administradas pela Prefeitura de São Luís, em parceria com associações de feirantes. A feira do bairro do São Francisco deveria ter sido interditada, mas continua funcionando em condições precárias. A informação foi publicada pelo jornal "O Estado do Maranhão".

Problemas como lixo espalhado, forte odor, péssimas condições de acondicionamento dos alimentos, insetos e risco iminente na estrutura física, podem ser facilmente constatados na feira do bairro do São Francisco. Segundo o feirante Djalma dos Santos, que é também vice-presidente da Associação dos Feirantes do Mercado do São Francisco, todas as melhorias que foram feitas no local partiram de uma iniciativa dos feirantes que ocupam o espaço.

"Há 15 anos, a Prefeitura não ajuda a gente em nada. Em 1999, quando o mercado foi terceirizado, eles nos entregaram todo depredado. Quem toma conta de tudo aqui é a associação. Nós mesmos somos responsáveis por tudo, como limpeza e reforma, porque se formos esperar pelo poder municipal eles não nos ajudam em nada", reclamou.

Decisão

Em julho deste ano, a 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) determinou que o município de São Luís apresentasse um programa de reforma, acompanhamento e fiscalização das feiras - em um prazo de 60 dias - localizadas na Vila Bacanga, Vila Isabel, Anjo da Guarda, Vila Embratel, São Francisco, Praia Grande, Macaúba, Bairro de Fátima, Bom Jesus, Coroadinho, Tirirical, Ipem São Cristóvão, Vicente Fialho, Olho d'Água, Angelim, Cruzeiro do Anil, Anil, Santa Cruz, Vila Palmeira, Santo Antônio, Liberdade, Monte Castelo, João Paulo, Forquilha, Cohab, Cohatrac (Primavera) e Mercado Central.

O pedido foi ajuizado pelo Ministério Público Estadual, por meio da Promotoria dos Direitos do Cidadão, com base em inspeção realizada pela Vigilância Sanitária Estadual e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que teria constatado péssimo estado de conservação e precárias condições físicas no sistema de abastecimento de água, nas instalações sanitárias, elétricas e hidráulicas - além de lixo a céu aberto, falta de equipamentos e fardamento dos manipuladores, entre outros.

Na ocasião, o município recorreu e pediu a reconsideração da sentença, alegando que a imposição simultânea da realização de reformas em dezenas de mercados seria manifestamente impraticável ante a impossibilidade de programação orçamentária e causaria prejuízos à ordem pública e econômica. No entanto, o relator do processo, desembargador Vicente de Paula, não concordou com as alegações.

O G1 entrou em contato com a Prefeitura de São Luís, que informou que vem realizando obras pontuais nos casos considerados, sempre respeitando os limites orçamentários do município. Veja a nota na íntegra:

"A Secretaria Municipal de Agricultura, Pesca e Abastecimento (Semapa) informa que já tem levantamento da situação dos mercados públicos de São Luís e que vem realizando obras pontuais nos casos considerados, sempre respeitando os limites orçamentários do município. A Semapa informa ainda que está em andamento as

obras de reforma total do Mercado do Anil e outros, como o da Cohab II e Liberdade, já receberam este ano ações de melhoria que passam por vários aspectos. A secretaria ressalta que já se encontram abertos os editais de concorrência pública para as reformas dos mercados do Coroadinho e Mercado Central (parceria com o Governo Federal através do PAC)."

Poder Judiciário do MA suspende expediente no aniversário de São Luís

Durante todo o dia oito de setembro, data em que é comemorado o aniversário de fundação da cidade de São Luís, não vai haver expediente em todos os órgãos relacionados ao Poder Judiciário no Estado do Maranhão (na capital e também no interior).

A decisão é baseada na resolução de número 063/2013, que estabelece que em datas comemorativas os trabalhos sejam suspensos, ou manifestados de maneira facultativa em respeito ao calendário local.

Para que a comunidade do município ludovicense não se sinta lesada durante todo esse dia funcionará, apenas nessa data, o plantão judiciário de 1º e 2º graus. No local, a sociedade em geral poderá usufruir das demandas de urgência como pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, entre outros serviços.

O desembargador José Bernardo Rodrigues responderá pelo plantão de 2º grau no dia oito de setembro. Maiores informações sobre esses trabalhos poderão ser obtidas pelo número (98) 8815-8344.

Exposição no Fórum: Weyder-joe e seu realismo enriquecem ?Integração e Cidadania?

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 7 horas atrás

Obras de Weyder-joe expostas no Fórum Sarney Costa

Diversos artistas plásticos estão expondo seus trabalhos no hall de entrada do Fórum Desembargador Sarney Costa, na exposição Integração e Cidadania. A iniciativa, parceria entre a Corregedoria Geral da Justiça e Diretoria do Fórum, reúne trabalhos de dez artistas de destaque no cenário local, alguns com destaque internacional, e visa à promoção da arte junto à comunidade jurídica e aos cidadãos que são atendidos diariamente.

A exposição Integração e Cidadania apresenta ao público 60 trabalhos de dez artistas maranhenses que exploram diferentes técnicas, como o óleo sobre tela, o realismo, o hiperrealismo, entre outras. E uma das referências, principalmente em se tratando da arte realista, é o artista Weyder-joe Freire, que leva seis belíssimos trabalhos à exposição.

Dono de uma paleta cuja harmonia de tons busca sensibilizar o observador, suas obras chamam atenção pelas mensagens e provocações inseridas no seu contexto, a riqueza de detalhes, exuberância de cores e o desprendimento a um estilo específico. Já fiz diversos cursos de aperfeiçoamento nessa área, e exploro também técnicas de fotografia, serigrafia, xilogravura, escultura, pintura em tela e desenho de observação. Ao nível de atelier, trabalho com pirogravura, esmaltação em cerâmica, areografia e trabalhos em vidro, destaca Weyder-joe.

Weyder-joe Freire nasceu na cidade de Codó, interior do Maranhão, mas foi chegou à capital com três meses de vida. Na infância sempre demonstrou uma ligação forte com o mundo das artes. Licenciado em Artes Visuais pelo Instituto Federal do Maranhão IFMA, os trabalhos do artista primam pelo estudo, processo e técnica apurada. Tenho forte identificação com o renascimento, realismo, hiper-realismo e o novo surrealismo, ressalta Weyder-joe.

Com participações em vários salões, feiras, mostras e coletivas de artes já vivenciou experiências criativas e de mercado no ramo em várias cidades brasileiras (Ouro Preto, Mariana, Belo Horizonte, Goiânia, Recife e Belém dentre outras). Seus registros mais recentes em eventos na capital foi no movimento Arte-Açú, promovido pelo IFMA, no Odylo Costa Filho, a 1ª Coletiva Traços do Maranhão, evento que reuniu maiores nomes e ícones da arte maranhense.

Entre outras exposições em que Weyder-joe colocou trabalhos, destaque para o Cores do Maranhão que foi promovido pelo movimento Casa Cor em parceria com a Secretaria de Estado da Cultura, o 3º Encontro dos Anjos, além de outras exposições acontecidas na Assembleia Legislativa do Maranhão, Ministério Público Estadual e outros.

Sobre a exposição Integração e Cidadania, Weuder-joe ressalta a importância de se abrir espaços para que artistas possam expor seus trabalhos. É sempre válido quando se abre espaço para o artista mostrar suas telas,

seus trabalhos. Fiquei feliz quando soube dessa exposição e mais feliz ainda por ser um dos selecionados para expor seis trabalhos no fórum, destaca.

Todo artista deve buscar vivenciar experiências nos mais diversos estilos, temas, técnicas e linguagens. Aquele que se prende a uma identidade específica se limita, finaliza o artista cujas obras já ultrapassam as fronteiras do Maranhão e do Brasil. A exposição Integração e Cidadania segue em cartaz no Fórum Desembargador Sarney no térreo do prédio, que fica localizado na Avenida Carlos Cunha, Bairro Calhau. Estão expostas também telas dos pintores Valdemar Barros, Jerônimo Costa, Beto Lima, Vitor Vidotti, Sousaneto, Benilton Silva, Thiago Azevedo, Elisa Coelho e Francisco de Oliveira.

O Planejamento Estratégico é o mecanismo de gestão mais eficiente?, diz juíza Sônia Amaral

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 5 horas atrás

Sônia Amaral diz que o Planejamento Estratégico é um mecanismo imprescindível para qualquer gestão
(Foto: Ribmar Pinheiro)

Em entrevista ao site do TJMA, a juíza Sonia Amaral afirmou que o Planejamento Estratégico é um mecanismo imprescindível para qualquer gestão, independente de ser da esfera pública ou privada.

Para a magistrada, que coordena Núcleo de Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Maranhão (NPE), planejar é traçar um caminho de longo prazo, com princípios e meios, mas que não tem fim, pois sempre haverá necessidade de construir outro círculo de planejamento. Sem isso não se evolui, diz a juíza.

Leia, abaixo, na íntegra, a entrevista:

Site do TJMA - Que avaliação pode ser feita com a introdução do planejamento estratégico na coordenação das ações do poder judiciário?

Sônia Amaral - Planejamento Estratégico é um mecanismo imprescindível para qualquer gestão, independente de ser da esfera pública ou privada. Portanto, a minha avaliação nesse contexto, só pode ser positiva.

Como sabido, no ano de 2009 concluímos o documento estratégico e, a partir do ano de 2010, na gestão do desembargador Jamil Gedeon, demos início à execução do que foi planejado. Com esse novo posicionamento, os números indicam que o Poder Judiciário Estadual deu um salto de qualidade, o que nos leva a concluir que esse é o caminho que deve ser trilhado.

Site do TJMA - É possível uma instituição aperfeiçoar seu trabalho sem um planejamento estratégico?

Sônia Amaral - Não. Com certeza, sem um planejamento, a instituição poderá até continuar a funcionar, mas com ele a tendência é de oferecer um serviço cada vez melhor.

Noutras palavras, é o planejamento contínuo que permite o aperfeiçoamento da instituição. Sem ele, faz-se mais do mesmo, sem avanços.

Site do TJMA - O que é necessário para garantir a eficiência de um planejamento estratégico?

Sônia Amaral - Compromisso da liderança. Sem que os líderes da instituição comprem, de fato, a ideia, não há como tornar o planejamento eficiente.

Se, por um lado, é importante ter funcionários aptos para executar o que foi planejado, focando no alcance das metas fixadas; por outro, é imprescindível que a liderança da instituição lidere seus liderados, demonstrando, claramente, que essa é a opção da sua gestão.

Site do TJMA - De que forma o planejamento estratégico vem sendo utilizado no judiciário maranhense?

Sônia Amaral - Bem, como o ritmo do planejamento sempre dependerá da liderança, no judiciário maranhense o planejamento tem sido valorizado, como ferramenta de gestão, de forma variável: por vezes o gestor entende a importância e adota na plenitude, e, por outra, ele é subutilizado.

Site do TJMA - O planejamento estratégico é uma garantia para o alcance de resultados sólidos e positivos na prestação jurisdicional?

Sônia Amaral - Não tenho dúvidas que sim. A exemplo do que acontece na iniciativa privada, com as empresas de sucesso, o poder público não pode deixar de planejar. Planejar é traçar um caminho de longo prazo, com princípios e meios, mas que não tem fim, pois sempre haverá necessidade de construir outro círculo de planejamento. Sem isso não se evolui.

Site do TJMA - O núcleo de gestão estratégica reuniu-se recentemente com todas as diretorias e coordenações do tribunal de justiça do maranhão. Qual é a avaliação dessa primeira etapa de reuniões com os diversos setores do órgão?

Sônia Amaral - A avaliação é positiva, pois se percebe que os atuais diretores e coordenadores desejam acertar, mas estava faltando um melhor entrosamento entre eles. Afinal, é importante que todos percebam que fazem parte de uma só equipe.

Site do TJMA - Quais ações merecem maior reforço para a concretização dos objetivos traçados?

Sônia Amaral - Ao final da reunião do dia 15 de agosto deste ano, apresentamos aos diretores e coordenadores uma matriz de prioridades, e a maioria indicou, em primeiro lugar, que o Poder Judiciário precisa investir em melhores instalações e em segurança. Portanto, ao que parece, essas demandas devem ser perseguidas de forma prioritária.

Contudo, ainda, falta atualizar o documento estratégico, posto que este foi apresentado em 2010 e, depois disso, não teve atualização. Isso é importante, pois, ao longo dos anos, os objetivos mudam, sendo necessária atualização.

Em face disso a Agem - Assessoria de Gestão e Modernização já está organizando nova rodada de reuniões, desta feita, com as unidades judiciais, para atualização dos objetivos estratégicos.

Site do TJMA - Quais são as metas mais importantes que merecem maior ênfase na atual fase do judiciário maranhense?

Sônia Amaral - Como dito, para saber quais as metas devem ser perseguidas no cenário atual, é necessário atualizar o documento estratégico.

Site do TJMA - Qual a contribuição do Planejamento Estratégico para que o Poder Judiciário seja reconhecido como um instrumento efetivo de justiça?

Sônia Amaral - Bem, o planejamento é um mecanismo de gestão mais eficiente. Logo, se o poder judiciário apostar no planejamento, cada vez mais o juiz, que está na ponta do processo, disporá de meios para a prestação jurisdicional.

Enfim, com planejamento é possível que o Poder Judiciário funcione de forma eficiente, disponibilizando ao juiz estrutura física e de pessoal adequadas, que, ao fim e ao cabo, permitirá a este tranquilidade para realizar a sua missão constitucional.

Site do TJMA - Quais são os principais desafios do Poder Judiciário na atual conjuntura?

Sônia Amaral - Penso que continua o mesmo: prestar jurisdição efetiva e em tempo razoável. Nesse contexto, acho que o desafio é convencer a população que o caminho não é a judicialização, mas sim o acordo.

Site do TJMA - Em sua avaliação, quais conquistas que já podem ser apontadas com a introdução do Planejamento Estratégico no Judiciário maranhense?

Sônia Amaral - Entendo que, a partir da execução do planejamento, iniciada em 2010, o Poder Judiciário alcançou muitas conquistas, principalmente no que diz respeito às melhorias na infraestrutura, mas, como destaque, entendo que a GPJ (Gratificação por Atividade Judiciária) fez a diferença. Se fizermos uma comparação entre antes e depois da GPJ, constataremos que houve uma melhora significativa em termos de produtividade.

Site do TJMA - Até que ponto a consolidação de informações e estatísticas sobre as atividades desenvolvidas pelo Poder Judiciário podem contribuir efetivamente para uma melhor visão e compreensão do trabalho da Justiça maranhense?

Sônia Amaral - A partir da iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em divulgar, anualmente, o "Justiça em Números", foi possível constatar, por exemplo, que a maior demanda judicial está no 1º grau, o que exige do gestor que, na construção do orçamento, priorize as demandas dessa esfera da justiça.

Outro exemplo: a GPJ, nos dias atuais, é paga com base em 9 (nove) meses de produtividade. Números indicam que, nesse período, a produtividade é frenética, tendendo a diminuir após esse período. Logo, isso indica que devemos fazer valer nos 12 meses.

Enfim, qualquer gestor tem de se valer de dados estatísticos para poder bem gerir. Afinal, gestão envolve sempre a eleição de prioridades, que sempre ensejará uma análise de dados estatísticos, que indiquem o que deve ser feito primeiro.



Judiciário não terá expediente no feriado de Aniversário de São Luís

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 horas atrás

Imagenm do Cenrtreo Histórico de São Luís, na Praia Grande (Foto: Ribamar Pinheiro)

O expediente nos órgãos do Poder Judiciário do Maranhão (capital e interior) será suspenso no dia 08 de setembro (segunda-feira) - aniversário de fundação da cidade de São Luís. A data está relacionada na Resolução nº 063/2013 - que estabelece os feriados, pontos facultativos e suspensão de expediente no Judiciário - publicada no Diário de Justiça Eletrônico (DJe), em 12 de dezembro de 2013.

PLANTAO - No feriado, funcionará o plantão judiciário de 1º. e 2º graus, com o recebimento apenas de demandas urgentes, a exemplo de pedidos de habeas corpus, mandados de segurança, entre outros.

O desembargador José Bernardo Rodrigues responderá pelo plantão de 2º grau no dia 8 de setembro. Os servidores plantonistas são Mayco Murilo Pinheiro e Beth Anne Bonifácio (oficial de justiça). O número do telefone celular disponibilizado para o plantão é o (98) 8815-8344.

Prazo para apresentação de novas metas de produtividade termina na segunda-feira

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 semana atrás

A Assessoria de Gestão Estratégica e Modernização do Tribunal de Justiça do Maranhão (AGEM-TJMA) informa que ampliou para o dia 1º. de setembro (segunda-feira) o prazo para envio, pelas unidades judiciais e administrativas, das propostas de metas de produtividade para 2015. As sugestões devem ser enviadas por email para npe@tjma.jus.br. O telefone para contato é (98) 3261 6161.

Além das propostas a serem apresentadas pelos diversos setores, o Núcleo de Planejamento Estratégico (NPE) avaliará críticas e sugestões coletadas na pesquisa feita com quase 600 servidores e magistrados de todo o Estado, para alterações na Resolução que trata da Gratificação por Produtividade Judiciária (GPJ).

Sugestões e opiniões também foram discutidas em reuniões com a Associação dos Magistrados (AMMA), Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindjus) e servidores dos fóruns de São Luís, Pinheiro, Timon e Imperatriz.

Justiça em São João dos Patos divulga resultados do II Mutirão Previdenciário

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 1 dia atrás

Juiz Rommel Viegas preside audiência

O Poder Judiciário em São João dos Patos realizou na última semana, no período de 25 a 29 de agosto, o II Mutirão Previdenciário da comarca. Foram realizadas 186 audiências referentes a ações de INSS, todas presididas pelo juiz titular Rommel Cruz Viégas e o resultado foi um montante de R\$ 209.027,00 (duzentos e nove mil e vinte e sete reais em acordos).

De acordo com os dados divulgados pelo juiz, 199 audiências estavam na pauta do mutirão. Das 186 que foram realizadas, 69 terminaram em acordo. Foi um trabalho intenso, mas conseguimos nosso objetivo em dar andamento aos processos dessa natureza que tramitam aqui na comarca, ressaltou Rommel. As audiências em que as partes não firmaram acordos seguiram para a instrução processual, ficando os referidos autos conclusos para julgamento.

Esse é o resultado do 2º Mutirão Previdenciário realizado pela vara única da comarca de São João dos Patos. Além do magistrado e de servidores da Vara, o referido mutirão contou com as presenças do procurador federal do INSS, Raimundo Nonato Silva Soares, de advogados e das partes.

Ao final, o magistrado destacou o trabalho realizado pelo representante do INSS, dos advogados e das partes, em especial aos servidores da Vara, que mesmo diante de um diminuto efetivo de servidores em atividade e diante de um elevado passivo processual na unidade, não mediram esforços para o êxito do mutirão. De parabéns todas as pessoas que se envolveram nessas atividades, finalizou Rommel Viégas.

Esse foi o II Mutirão Previdenciário realizado na comarca. O primeiro mutirão previdenciário realizado pela Comarca de São João dos Patos foi realizado há um ano, em agosto de 2013, com ações referentes à aposentadoria rural por idade, salário maternidade, pensão por morte e invalidez. Nessa edição do mutirão, foram agendadas 158 audiências, sendo que destas, 152 foram realizadas.

Empresa de ônibus que altera horário de viagem sem avisar está sujeita a pagar indenização

Publicado por Tribunal de Justiça do Maranhão - 6 horas atrás

A empresa de transporte Guanabara terá que indenizar um passageiro que deixou de viajar porque o ônibus antecipou a partida. De acordo com a parte autora, no bilhete de passagem estava marcado que o ônibus sairia da rodoviária às 15h e 41 min, mas o ônibus seguiu viagem cinco minutos antes. Ainda houve uma audiência de conciliação, instrução e julgamento, mas as partes não chegaram a um acordo.

Segundo a sentença, proferida pela 1^a Vara de Santa Luzia, a empresa alegou que o passageiro deixou de viajar por negligência, por não verificar com cuidado os horários constantes no bilhete. Entretanto, verificou-se que a própria empresa reconheceu que o ônibus seguiu viagem às 15:36, e no bilhete constava 15:41. A parte autora queria seguir de Santa Luzia para Imperatriz, e a própria reclamada reconhece a antecipação do embarque.

Consta também na decisão que a empresa não conseguiu comprovar que teria avisado ao passageiro sobre a antecipação do embarque. Ao analisar as duas versões, em conjunto com as provas coligidas aos autos, constata que razão assiste ao reclamante, posto que ficou comprovado, fato admitido pela própria reclamada, que o embarque foi antecipado, destaca a sentença.

A responsabilidade das empresas prestadoras de serviços independe da comprovação de culpa, segundo o Código de Defesa do Consumidor, de modo que a reclamada é obrigada a garantir a qualidade de seus serviços, devendo dispor de uma estrutura de atendimento adequada às necessidades de seu mercado, fornecendo ao cliente a segurança necessária no desenvolvimento de suas atividades, com informações adequadas e claras sobre os diferentes produtos e serviços, o que não aconteceu no caso em questão, ressalta a decisão.

Ao final da sentença, a Justiça acolheu o pedido do reclamante e condenou o Expresso Guanabara ao pagamento de R\$ 1.000,00 (mil reais) de indenização pelos danos morais causados. A empresa terá, ainda, que restituir o reclamante em R\$ 31,50 (trinta e um reais e cinqüenta centavos), equivalentes ao valor da passagem.

Curso para pretendentes a pais por adoção acontece no próximo sábado em Balsas

Publicado em Maranhão Quinta, 04 Setembro 2014

A 3ª Vara da Comarca de Balsas promove no próximo sábado (13), o Curso Preparatório para Pretendentes a Pais por Adoção, das 8h às 12h, no polo da Universidade Estadual do Maranhão (Uema). Os interessados em participar têm até a próxima quarta-feira (11) para fazer a inscrição no Núcleo Psicossocial do fórum, localizado na Avenida Jamildo, no bairro Potosi. O curso já recebeu 25 inscrições, entre casais e individuais. Trinta vagas estão sendo oferecidas.

Durante o curso, a juíza e as servidoras abordarão aspectos sociais, psicológicos e jurídicos referentes à adoção. O perfil de crianças geralmente pretendido por quem quer adotar e que nem sempre é condizente com as crianças disponíveis para adoção também devem ser abordados.

Entre os temas constantes da programação, maternidade e paternidade afetivas, adoção tardia, inter-racial e adoção de irmãos, e adoção e adaptação. Os direitos de crianças e adolescentes, bem como a violação a esses direitos estão inclusos na programação.

Curso

Em sua segunda edição, o curso é uma exigência da Lei Federal 12010/09, que dispõe sobre a preparação social, psicológica e jurídica necessária às pessoas que pretendem adotar uma criança ou um adolescente.